



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1570/2001

Dispõe sobre a instituição do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, nos termos dos artigos 31 da Constituição Federal e dos artigos 51 e 52 da Lei Orgânica Municipal, conforme Emenda à Lei Orgânica Municipal Nº 10/2001, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

CAPÍTULO I DAS FINALIDADES

Art. 2º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo visa a avaliação da ação governamental e da gestão da administração pública municipal, através da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional.

Art. 3º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo prestará apoio ao órgão de controle externo no exercício de sua missão institucional, fornecendo informações e os resultados das ações do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Art. 4º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo utilizará como técnicas de trabalho para consecução de suas finalidades a AUDITORIA e a FISCALIZAÇÃO.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal compreende as atividades de avaliação:

I – do cumprimento e o atingimento das metas previstas no Plano Plurianual, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – dos limites e condições para realização de operações de crédito;

III – da inscrição em Restos a Pagar;

IV – do controle das despesas de pessoal;

V – do controle da dívida consolidada e respectivos limites;

VI – da destinação de recursos obtidos com alienação de ativos;

VII – da execução de programas e aplicação de convênios;

VIII – do controle do orçamento anual;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

IX – da avaliação e fiscalização da gestão fiscal.

Art. 6º Fica instituída a Comissão de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, com competência para exercer as seguintes atribuições:

I – orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos da administração direta e indireta, com vistas à ampliação regular e à utilização racional dos recursos e bens públicos;

II – elaborar, apreciar e submeter ao Prefeito Municipal, estudos, propostas de diretrizes e ações que objetivem a racionalização da execução da despesa e o aperfeiçoamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito dos órgãos da administração direta e indireta e também que objetive a implementação da arrecadação das receitas orçadas;

III – acompanhar a execução física e financeira dos projetos e atividades, bem como, da aplicação sob qualquer dos recursos público;

IV – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do município;

V – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos, fundos e entidades da Administração Municipal direta e indireta, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

VI – subsidiar os responsáveis pela elaboração de planos, orçamentos e programação financeira, com informações e avaliações à gestão dos órgãos da Administração Municipal;

VII – executar os trabalhos de inspeção nas diversas áreas e órgãos da Administração Pública direta e indireta, principalmente, acompanhar a movimentação de pessoal;

VIII – verificar e certificar as contas dos respectivos responsáveis pela aplicação, utilização ou guarda e bens públicos e, de todo aquele que, por ação ou omissão, der causa à perda, subtração ou estrago de valores, bens materiais de propriedade ou responsabilidade do Município;

IX – tomar as contas dos responsáveis por bens e valores, inclusive do Prefeito Municipal ao final de sua gestão, quando não prestados voluntariamente;

X – emitir relatório, por ocasião do encerramento do exercício, sobre as contas e balanço geral do Município e nos casos de inspeções, verificações e tomadas de contas;

XI – zelar pela organização e manutenção atualizada dos cadastros de contribuintes e usuários dos diversos serviços públicos;

XII – zelar pela organização e manutenção atualizada dos cadastros de contribuintes e usuários dos diversos serviços públicos;

XIII – zelar pela organização e manutenção do controle de estoque, almoxarifado, veículos e de todo patrimônio municipal;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

XIV – controlar a execução dos contratos e convênios;

XV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

XVI – elaborar o Regimento Interno de Funcionamento do Sistema.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7 Nenhum processo, documento ou informação, poderão ser sonegados aos integrantes do Sistema de Controle Interno no exercício de suas atribuições, sob pena de responsabilidade administrativa.

§1º Quando a documentação ou informação prevista neste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dado tratamento especial, observando-se o estabelecido no Regulamento próprio de funcionamento do Sistema de Controle Interno.

§2º O servidor que exercer funções no controle interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes aos assuntos sob fiscalização, utilizando-os exclusivamente para elaboração de pareceres e relatórios, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Art. 8º O Sistema de Controle Interno, dentro de suas atribuições, poderá impugnar, mediante representação ao responsável, quaisquer atos de gestão realizados sem a devida fundamentação legal ou em desacordo com as classificações orçamentárias.

Art. 9º O Sistema de Controle Interno será exercido por 3 (três) servidores municipais efetivos ou comissionados, com mandato de até 12 (doze) meses, podendo serem reconduzidos por iguais períodos, com substituição de pelo menos 1 (um) membro, que serão nomeados através de ato administrativo.

§1º Os membros do Sistema de Controle Interno farão jus a um adicional mensal de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) a título de gratificação.

§2º A gratificação será devida aos servidores a partir do ato de nomeação e não incorporará aos respectivos vencimentos, sob qualquer título ou hipótese.

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 30.07.032.2.089 3.1.1.1.00

Art. 11. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 1 de janeiro de 2001.

Passa Quatro, 21 de setembro de 2001.

Wilson Siqueira
Prefeito Municipal
Margareth Daniel Barbosa Lívio
Secretária Municipal de Planejamento e Finanças